

JOÃO BOSCO RABELLO

ESTADO DE SÃO PAULO

17 OUT 1995 No vôo para Bariloche

O senador José Sarney (PMDB-AP) já exibe outro humor, em Bariloche, depois de três dias de viagem em companhia do presidente Fernando Henrique Cardoso, contam os jornalistas que fazem a cobertura do presidente brasileiro na Reunião de Cúpula Ibero-Americana. Fernando Henrique, por sua vez, diz que as diferenças entre ambos, que já valeram alfinetadas de parte a parte, são normais na política. Declarações políticas, claro, mas em tom revelador da vontade recíproca de conciliar interesses.

O presidente Fernando Henrique quer mais votação e menos nenhém do Legislativo e percebe em Sarney menos empenho em atender à pressa do governo do que no presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). Fernando Henrique quer pressa na apreciação das reformas, mas quer fundamentalmente o Fundo Social de Emergência (FSE). Sarney acha as duas reivindicações reveladoras de um governo voraz, mas não as descarta, ainda que parcialmente. Mas ele quer o governo solidário à meta do Congresso de trabalhar com independência. Essa é a troca discutida na viagem a Bariloche.

O presidente do Congresso avalia que a pressão pública do Planalto está na raiz da impressão generalizada no País de que o Congresso parou, comparando os resultados obtidos de agosto para cá com os do primeiro semestre. Sarney acha que o governo exerce o legítimo direito de pressionar, mas, pela ansiedade em ver aprovadas as reformas, involuntariamente pode estar imprimindo uma falsa imagem do Congresso na opinião pública. Tudo é urgente, reclama ele, mas ninguém está levando em conta a realidade do processo de reformas estruturais que demanda tempo de exame, reflexão e votação em instâncias diversas.

Ele acha que o Congresso é cada dia mais vítima do instrumento da medida provisória introduzido pela Constituinte de 88, que acabou viciando o Executivo, embriagado pela vigência imediata de seu conteúdo, sem discussão. Algo, aliás, de que se valeu também quando no exercício da Presidência. Mas

fiquemos nos dias de hoje. Querer transferir esse dispositivo processual de emergência em rotina legislativa é, na avaliação de Sarney, tentar impor pela distorção uma docilidade à qual o Poder Legislativo é avesso.

Essa é a principal, mas não a única queixa do presidente do Congresso, que está sendo objeto de sua conversa com o presidente da República na viagem em que aparece como o principal integrante da comitiva oficial. A outra queixa é à falta de divulgação, por indiferença da mídia, segundo ele, das ações do Congresso Nacional. Ele lista entre outras, a contar de agosto, a aprovação da nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, a lei eleitoral a vigorar para as eleições municipais de 1996, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mais 180 projetos aprovados e outros 110 já apreciados em plenário.

E mais: Sarney acha que esse ritmo de trabalho tem influência direta no reconhecimento externo à mudança de mentalidade verificada no Brasil. Teme que se não houver uma reação pronta do Congresso, através da resposta imediata a críticas do gênero, as informações equivocadas acabem consolidando-se como verdades pela insistência com que são vendidas. Para ele, ainda este ano o Congresso aprovará importantes mudanças sem

submeter-se à docilidade desejada pelo Planalto.

Quanto ao FSE, não depende da boa vontade de Sarney: até as paredes sabem no Congresso Nacional que o FSE é visto pela maioria parlamentar como instrumento capaz de consolidar a reeleição do presidente Fernando Henrique. E essa é uma perspectiva que remete a discussão para o plano político. A simples menção do FSE traz à memória dos parlamentares sua aprovação pela primeira vez, quando Fernando Henrique era ainda ministro da Fazenda. Foi ele que viabilizou o plano real e, este, a eleição de FH. Para reviver script idêntico, ainda é cedo, na avaliação das raposas políticas.

De qualquer forma, o FSE deve ser aprovado por prazo mais reduzido do que o tentado pelo Planalto. Um cheque em branco, mas com limite de uso.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

O FSE é visto pela maioria no Congresso como instrumento capaz de consolidar a reeleição de FH